

Contribuições para a leitura de o *Manifesto do partido Comunista*¹

Miguel Yoshida

A proposta desse texto é de ser um subsídio de leitura do *Manifesto do Partido Comunista*; para tal, será feito um breve roteiro da trajetória política e intelectual de Marx e Engels até 1848, ano em que escrevem tal obra e a contextualização histórico-política da Europa em meados do século 19, buscando com isso elementos para interpretarmos o clássico *manifesto*, no século 21, na realidade brasileira.

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) foram dois importantes revolucionários que se colocaram a serviço da classe trabalhadora e que além de destacados dirigentes políticos, foram responsáveis pela formulação de uma teoria da e para a classe trabalhadora.

É importante ressaltar que, para compreendermos a capacidade de formulação teórica e política de ambos revolucionários – de forma condizente com a teoria que desenvolveram –, devemos entender a época em que eles viveram, as questões que enfrentavam tanto no campo teórico-filosófico quanto no campo político; somente dessa maneira é que seremos capazes de dar continuidade ao legado que tantos/as revolucionários/as deixaram na nossa história para a construção de uma sociedade igualitária – comunista.

Marx e Engels antes do Manifesto

No século 19 ocorreram significativas modificações em todo o mundo, tanto econômicas e políticas quanto sociais. Nossos dois revolucionários nascem e se radicam nessa época de grande movimentação social na Europa que acaba de viver uma revolução social, a Francesa, e que acompanha a consolidação de um novo modo de produção, baseado na grande indústria, principalmente na Inglaterra. Junto com essas mudanças, sobretudo na Alemanha, há um grande debate filosófico – feito por dois grupos, os “jovens hegelianos” de esquerda e os de direita – em torno das idéias de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), um dos mais importantes filósofos do século 19, que teve como uma das suas principais formulações o princípio do movimento dialético. Não nos é possível

¹ A elaboração deste texto contou com a leitura atenta e a contribuição de Gabriel Sampaio – SP.

aqui entrar em detalhes sobre a filosofia hegeliana nem sobre os debates em torno dela, mas apenas mencionar esse ambiente intelectual no qual Marx e Engels se formaram.

O primeiro, filho de um advogado judeu esclarecido, em sua juventude e por incentivo do pai ingressa, na universidade da pequena cidade de Bonn para estudar Direito, no ano de 1835, onde fica apenas alguns meses, logo depois se transfere para a universidade de Berlim que estava sob forte influência de Hegel, professor dessa universidade até 1831, ano de sua morte. Foi dessa forma que Marx se inteirou dos debates filosóficos de então. Faz-se necessário dizer também que nessa época Marx fica noivo, secretamente, de Jenny von Westphalen (1814-1881), companheira de toda a sua vida. Além disso, é através de Jenny que ele conhece uma pessoa bastante importante na sua formação intelectual, o Barão Ludwig von Westphalen – pai de Jenny –, com quem Marx sempre manteve um diálogo culto e erudito.

Por outro lado, Friedrich Engels, filho de um grande industrial, não frequentou a universidade regularmente tal como Marx. Desde jovem trabalhou com seu pai, que desejava que ele seguisse os negócios da família e se tornasse um negociante. Porém, apesar de ter desenvolvido essa atividade durante quase toda sua vida, Engels desde cedo se rebelou contra isso; era um jovem bastante interessado nas questões políticas e filosóficas de sua época, além de ter grande apreço por literatura, esportes, música e pela questão militar. Mesmo não tendo feito um curso regular na universidade, Engels também teve acesso ao debate filosófico da época dentro dela, pois frequentava aí, livremente, alguns cursos.

Apesar de ambos se interessarem pelas mesmas questões filosóficas, só se encontraram em 1842, quando Marx já era editor do jornal progressista *A gazeta Renana*.

Marx conclui a universidade no ano de 1841, com a monografia “Diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro”; nessa época ele já havia tido contato com Bruno Bauer (1809-1882), professor de filosofia da universidade de Bonn, de quem se tornou amigo e que o incentivava, para resolver seu problema econômico, a também se tornar professor universitário, fato esse que nunca ocorreu, pois com a ascensão de Frederico Guilherme IV ao trono da Prússia, em 1841, houve uma ofensiva ainda mais conservadora do que antes em todos os campos, inclusive na universidade - com isso Bruno Bauer e outros hegelianos de esquerda foram excluídos dela.

É a partir de 1842, quando Marx passa a escrever para o jornal *A gazeta renana*, que ele se depara com temas caros à realidade social alemã. Essa necessidade de opinar publicamente no jornal sobre os acontecimentos locais teve influência no desenvolvimento intelectual de Marx, pois essa experiência concreta é um dos fatores que coloca para ele a possibilidade/necessidade de que a teoria se vincule diretamente à realidade. Os temas com que primeiro ele teve que se defrontar foi a questão do roubo de lenha dos camponeses na região da Silésia e da liberdade de imprensa. Outro tema muito debatido na época entre os jovens hegelianos era a questão da democracia e do Estado, isso por conta do regime absolutista ainda ser predominante na Prússia.

Em 1843, Marx se casa com Jenny e vai passar sua lua de mel – durante três meses em uma casa da família de Jenny – em Kreuznach, onde se dedica ao estudo da filosofia de Hegel, sobretudo da sua *Filosofia do Direito*. É desse estudo que Marx elabora sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, se mostrando um democrata radical ao questionar as bases da filosofia do direito hegeliano, uma profunda reflexão sobre as mudanças na forma de dominação da sociedade burguesa que surgia. Um dos princípios dessa filosofia colocava a burocracia governamental como portadora da vontade geral, isto é, o Estado moderno seria a materialização da vontade geral de uma sociedade, realizada por meio da burocracia governamental que representaria os interesses de todos. É nessa crítica que ele começa a perceber a contradição existente entre o particular e o geral, entendendo que a sociedade civil² é dominada por uma particularidade, assim como a será também o Estado. Uma das questões dessa crítica é o exercício que Marx propõe de se “buscar determinações ainda mais concretas para definir a vontade geral.” (Carlos Nelson Coutinho, 1998, p. 46)

Ainda no mesmo ano de 1843, Marx, juntamente com Arnold Ruge (1802-1880), organiza e edita uma revista chamada *Anais Franco-alemães* que teve apenas uma edição, tirada em Paris, em 1844, depois disso ela foi dissolvida por conta da ruptura ideológica entre Marx e o liberal Ruge. Nessa publicação havia alguns importantes textos de Marx, como “Para a questão judaica” e “Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução” e um texto de Engels já adentrando o terreno da crítica da economia política intitulado “Esboço de uma crítica da economia política”.

² Sociedade civil entendida como a “base material da sociedade, vale dizer, o “intercâmbio material” que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à existência em qualquer tipo de sociedade.” Cf. *A Ideologia alemã*, Expressão popular, São Paulo, p. 41 (nota de rodapé)

No primeiro texto, Marx dirige uma crítica a seu então amigo Bruno Bauer, que escrevera dois artigos sobre a situação dos judeus e a possibilidade de emancipação política e religiosa destes dentro da sociedade; o tema que perpassa esse debate é o da emancipação política dos judeus face um Estado cristão.

Marx, em sua crítica, aponta para o limite da emancipação política e a impossibilidade de se realizar efetivamente uma ordem democrática dentro dessa sociedade civil, e argumenta que somente a emancipação humana, que mais tarde denominará de comunismo, garantirá uma ordem democrática de fato. Ele demonstra que o centro da questão é garantir a “supressão das bases sociais – ou seja – da própria sociedade civil – que reproduzem permanentemente a realidade do privado como móvel central da ação humana” (Carlos Nelson Coutinho, 1998, p. 49).

No segundo texto, Marx sistematiza o que seria uma introdução, uma apresentação aos seus estudos realizados em Kreuznach sobre a filosofia do direito de Hegel, em que ele coloca o papel da crítica e da teoria como armas para a ação na realidade. O texto de Engels é da maior importância para Marx, já que é ele que demonstrará ao então editor dos *Anais-franco alemães* a relação entre a economia – a organização dos homens para a produção material da sua vida social – e as questões democráticas e políticas.

Em 1844, em Paris, Marx redige os seus famosos *Manuscritos econômico-filosóficos* – inéditos até 1932 – em que encontramos suas anotações de estudo dos economistas-políticos clássicos. A partir dessas leituras e reflexões, o funcionamento da “sociedade civil” e da economia passam a ser motivo de sua preocupação. Sua estada em Paris é um elemento de fundamental importância na vida de Marx, pois foi ali que ele trava, pela primeira vez, contato com o movimento operário francês, convivência essa que o influenciará fortemente para o resto de sua vida. No ano de 1845 é redigida uma obra fundamental para a evolução do pensamento de Marx e Engels, é a *A ideologia alemã*; dois anos depois, em 1847, Marx escreve e publica um livro igualmente importante, *A miséria da filosofia*.

O primeiro texto – também inédito até meados do século 20, foi editado pela primeira vez apenas na década de 1930 – é segundo os próprios autores um “acerto de contas com sua consciência filosófica anterior”. Nesse longo manuscrito, Marx e Engels farão um debate com os jovens hegelianos de esquerda, entre eles Bruno Bauer, Max Stirner (1806-

1856) e Ludwig Feuerbach (1804-1872). Nessa obra os autores avançam na reflexão sobre a contradição entre a vontade geral e a vontade particular, estabelecendo que a primeira só se realiza sob uma nova forma de organização da sociedade, sob uma nova forma de produção da vida material, que deve ser fundada não mais na propriedade privada dos meios de produção, mas sim na propriedade social deles e que a possibilidade de se constituir essa vontade geral está “não na consciência dos indivíduos virtuosos, nem na cinzenta burocracia governamental mas sim no proletariado” (Carlos Nelson Coutinho, 1998, p. 51).

Um outro aspecto que os permite chegar a essa conclusão é a reapropriação crítica que ambos fazem tanto da dialética hegeliana quanto do materialismo de Feuerbach. É nessa obra que eles estabelecem as bases do que depois seria chamado de materialismo histórico dialético; demonstram isso através da análise que fazem da história, do seu desenvolvimento e da compreensão de que a partir das contradições da sociedade civil é possível compreender as contradições do Estado. Um outro aspecto expresso n'*A ideologia alemã* é o salto de qualidade que Marx e Engels empreendem com relação à posição dos filósofos frente ao mundo, fato esse que está sintetizado na 11ª tese sobre Feuerbach “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*”. Vale ressaltar que as *Teses sobre Feuerbach* são exclusivamente de Marx e não fazem parte do corpo da *Ideologia alemã*, apesar de comumente serem encontradas nas edições de *A ideologia alemã*; elas foram publicadas por Engels em 1886, quando da edição do seu *L. Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*

O texto *A miséria da filosofia resposta ao sr. Proudhon*, como já diz o subtítulo da obra é uma resposta de Marx ao livro escrito por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), socialista francês, *Sistema de contradições sociais ou Filosofia da Miséria*. Nesse livro, publicado em 1847, Marx se embrenha no campo da economia política e expõe, ainda que de forma inicial, as concepções que estariam presentes e que seriam desenvolvidas em suas obras posteriores. Vale ressaltar, para o que aqui nos cabe, dois pontos dentro desse livro a) é a primeira análise abrangente que Marx faz do modo de produção capitalista; b) ele supera as concepções utópicas e românticas do socialismo francês.

Foi esse percurso intelectual que permitiu a Marx e a Engels desenvolver uma teoria social que, apreendendo a natureza da sociedade capitalista, expressa o ponto de vista

histórico da classe trabalhadora a ser por ela apropriada na busca da construção de uma sociedade igualitária, em que os seres humanos sejam capazes de desenvolver plenamente suas potencialidades. Essas concepções foram materializadas como forma de intervenção na realidade em um programa político encomendado aos nossos dois revolucionários pela Liga dos Comunistas que foi redigido no ano de 1847.

Por fim, devemos ressaltar que Marx e Engels chegaram a esse nível de elaboração teórica e prática por terem a grandeza e a capacidade de recolher e de se reapropriar do que de melhor havia sido produzido até então: no campo da economia política, estudaram e criticaram os economistas clássicos ingleses; incorporaram diversos elementos da tradição socialista francesa e extraíram a melhor contribuição do debate filosófico alemão.

A Europa e o comunismo

Como já dito anteriormente, para uma interpretação adequada de qualquer texto devemos sempre buscar elementos fora dele, sobretudo o contexto em que ele foi escrito. O esforço a seguir vai nesse sentido de fazer uma breve contextualização da Europa de meados do século 19 e apontar quais as condições em que o *Manifesto do Partido Comunista* foi encomendado e escrito.

Desde fins do século 18 a Europa vivia um clima de tensões sociais cada vez maiores, com a decadência final do feudalismo, o surgimento e a proliferação das grandes indústrias, a crise dos regimes absolutistas, a revolução francesa; havia uma série de fatores sociais, políticos e econômicos que nos é impossível abordar aqui, mas que caracterizavam uma grande movimentação social na Europa.

No terreno econômico, vivia-se a consolidação do modo de produção capitalista, com uma crescente industrialização e com ela o surgimento e o fortalecimento de dois estratos da sociedade até então secundários, a burguesia e o proletariado.

A primeira se estabelece cada vez mais como força econômica na sociedade em contraposição à aristocracia feudal já decadente – com isso ela busca garantir seus interesses não apenas econômicos, mas também políticos. Para tal, ela se coloca em luta contra a velha estrutura político-social baseada no modo de produção feudal e na monarquia absolutista. A revolução francesa é a expressão da força econômica da burguesia no campo político; ela aparece em luta sintetizando suas reivindicações sob a consigna de

“liberdade, igualdade e fraternidade”. A burguesia surge como uma “força social eminentemente revolucionária”, já que para garantir seus interesses e se desenvolver teve que por abaixo toda a velha estrutura social. Vale ressaltar que essas conquistas só são possíveis para a burguesia por ela estar apoiada nas camadas populares da sociedade, o proletariado que surgia, os camponeses entre outros. A França foi o palco desses acontecimentos que não tiveram correspondência imediata nos outros países da Europa, da mesma forma como a revolução industrial na Inglaterra, o que deixa claro para nós que o desenvolvimento da história e dos modos de produção não se dão dentro de marcos regionais ou políticos, mas sim dentro da sociedade que se desenvolve em diferentes ritmos nos diferentes lugares, mas que deve ser vista e pensada como uma unidade de contrários.

O desenvolvimento e desdobramento das linhas gerais do modo de produção capitalista podem ser vistos na excepcional análise que Marx e Engels fazem no *Manifesto do Partido Comunista*. Voltemos o olhar aos acontecimentos mais imediatos que antecederam a redação do *Manifesto* e os movimentos dos trabalhadores que a possibilitaram.

A organização socialista e dos trabalhadores não é inaugurada com Marx e Engels: antes deles já havia uma tradição de luta do movimento socialista – “desde a guerra civil inglesa, e inclusive nos movimentos camponeses da Alemanha, podem se encontrar tendências socialistas utópicas”. Porém “no século 19, após um longo amadurecimento, aparecem tendências marcadamente proletárias. Entre elas podemos ressaltar o igualitarismo revolucionário que tem sua origem com Babeuf, o socialismo utópico, o anarquismo proudhoniano, o cartismo e o socialismo pequeno-burguês”. (Vania Bambirra e Teothonio dos Santos, 1980, p. 25). É dentro dessa tradição que Marx e Engels irão dar suas contribuições para se avançar na luta “dos de baixo”.

As duas principais influências sofridas por Marx e Engels são o igualitarismo revolucionário – cuja origem está na Conspiração dos Iguais, ala esquerda dos jacobinos na revolução francesa, dirigida por Babeuf (1760-1797) – que teve influência direta na forma organizativa da Liga dos Justos, da qual derivou a Liga dos Comunistas, as sociedades secretas conspirativas; e o cartismo inglês, movimento operário daqueles que já sofriam as consequências do desenvolvimento da grande indústria; movimento independente de trabalhadores cuja forma de ação era a luta política e cujos objetivos estão sintetizados na

Carta do Povo – proclamada em 1838 –, com reivindicações democráticas para os trabalhadores. Esse movimento teve várias conquistas, como a jornada de dez horas, mas sobretudo “a sua importância histórica pode ser medida pelo fato de ter lançado e de ter dado uma base de massas a duas reivindicações centrais do operariado, que teriam influência decisiva na estruturação contemporânea da sociedade inglesa e das sociedades capitalistas em geral: a) a redução da jornada de trabalho; b) o sufrágio universal e secreto.” (Osvaldo Coggiola, 1998, p. 15.)

A Liga dos Justos era uma organização secreta – sobretudo por conta da ofensiva conservadora que se deu na Europa com o congresso de Viena e a criação da Santa Aliança, em 1815 – composta por trabalhadores exilados em Paris, Londres e Bruxelas; o lema da liga era “Todos os homens são irmãos!” levando à frente reivindicações democráticas dos trabalhadores.

Nessa época, Marx e Engels eram, de certa maneira, uma referência para o movimento dos trabalhadores por conta das suas publicações em alguns poucos jornais e revistas debatendo temas relativos à política da época. Além disso, eles já estavam envolvidos nas discussões organizativas dos trabalhadores, tendo exposto para a direção da Liga dos Justos suas discordâncias em relação a ela. No início de 1847, Marx e Engels são convidados a integrar a Liga, que estava disposta a incorporar as críticas feitas por ambos revolucionários. No mesmo ano acontece um congresso em que são realizadas algumas modificações em sua organização, entre elas: seu nome, que passa a ser, a partir de então, Liga dos Comunistas, sua forma de organização que passa a ter uma estrutura mais democrática – ela perde seu caráter conspirativo, ainda que continue a ser secreta, e passa a ter como objetivo a propaganda e passa a se organizar em comunas. “Como objetivos da organização, se proclamou a derrubada da burguesia, o triunfo do proletariado, a abolição da antiga sociedade baseada no antagonismo de classe e a criação de uma nova sociedade sem classes nem propriedade privada. (Mehring, p. 151, 1975). Nesse congresso é que se propõe a redação de um programa expondo os princípios da Liga dos Comunistas, tarefa delegada a Marx e Engels.

Essas mudanças organizativas do movimento dos trabalhadores não se davam por conta deles terem descoberto em Marx e Engels seus profetas com as idéias que lhes faltavam, mas sim pela crescente tensão social que marcava uma Europa em que a

burguesia havia alcançado um alto grau de desenvolvimento econômico, porém que ainda não havia estabelecido a república em nenhum lugar, ela ainda se encontrava presa a compromissos com a aristocracia. A agitação republicana e democrática era levada a frente por setores progressistas da burguesia e da pequena burguesia, porém cada vez mais, pelos compromissos assumidos com a aristocracia, as bandeiras democráticas passavam para as mãos dos trabalhadores. Elas foram sendo incorporadas enquanto estes se colocaram no cenário político de forma independente, defendendo seus interesses de classe. Os movimentos socialistas agregam outras reivindicações de interesse dos trabalhadores às bandeiras democráticas, estas estouraram nas revoluções de 1848. Seguem abaixo alguns dos acontecimentos que são expressão dessa conjuntura:

1834 – insurreição de operários textéis em Lyon

1836-1838 – lutas pela redução da jornada de trabalho

1839 – tentativa revolucionária blanquista, dirigida por August Blanqui, (1808-1881).

1840 – grande greve em Paris

1844-1846 – crise agrícola na Alemanha

1846-1847 – greve dos mineiros do Loire

1847 – fechamento da Dieta unida na Alemanha (Parlamento)

– crise econômica inglesa – crise de novo tipo, já típica do modo de produção capitalista

– guerra civil suíça

– agitação política no norte da Itália

É dentro desse contexto de agitação social que uma das principais organizações do movimento dos trabalhadores, a Liga dos Justos prevê a possibilidade de uma revolução na Europa e busca modificações na sua forma organizativa e programática.

O Manifesto do Partido Comunista

É importante ressaltar que esse texto é formulado não apenas por dois filósofos, mas sim por dirigentes políticos envolvidos na luta revolucionária de sua época, que nunca será abandonada por nenhum dos dois – alguns exemplos disso são a fundação da Primeira Internacional (a Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864, por Marx e Engels), da

Segunda Internacional (a Internacional Socialista, 1889, por Engels) e da construção do partido socialdemocrata alemão, lembrando dentro disso da importante crítica de Marx ao Programa de Gotha, em 1875.

Após o primeiro congresso da Liga dos Comunistas de junho de 1847, se colocou em discussão a questão do programa, que só foi aprovado no congresso de novembro-dezembro do mesmo ano. (cf. José Paulo Netto, 1998, p. X e ss.). Engels foi quem primeiro assumiu a tarefa de sistematizar os “Princípios do Comunismo”, o que ele fez em um texto com o mesmo nome que serviu de base para a redação do *Manifesto Comunista*. A redação final do *Manifesto*, dada por Marx, com uma forma de exposição bastante distinta da do texto de Engels, agregou diversos elementos de análise ausentes no *Princípios do comunismo*, sem entretanto, haver entre os dois textos discordâncias na análise. Diz Engels em uma carta a Marx. “... Reflita um pouco sobre a profissão de fé. Creio que o melhor seria prescindir da forma de catecismo e lhe dar o título de Manifesto Comunista. Como não haverá outra alternativa a não ser colocar nele algo de história, não poderemos conservar a forma atual.” (Mehring, p. 158, 1975)

O *Manifesto do Partido Comunista* é uma primeira sistematização de um programa político revolucionário da e para a classe trabalhadora, que até então estava a reboque das reivindicações colocadas pela burguesia – sobretudo as bandeiras democráticas. Ele coloca a questão social como “problema prático, reflexão teórica e questão histórica” (Virginia Fontes, p. 159, 1998); é um exercício de análise profunda da sociedade burguesa a partir de uma reflexão histórica, em que os autores buscam a partir de uma análise científica do desenvolvimento da sociedade – olhando para seus antecedentes – apreender o movimento da realidade para a partir disso formularem um programa de ação sobre ela.

O *Manifesto do Partido Comunista* está dividido em uma breve introdução e quatro capítulos. No primeiro eles fazem uma síntese histórico-dialética da modernidade, analisam o desenvolvimento do capitalismo, a expansão de uma relação social de produção baseada na contradição entre capital e trabalho; no segundo capítulo eles expõem qual a posição dos comunistas em relação ao proletariado e quais os seus objetivos; no terceiro fazem uma análise dos diversos tipos de socialismos propostos até então; no quarto capítulo tratam da relação dos comunistas com os partidos de oposição da época – visão tática dos comunistas.

O texto foi publicado, inicialmente, sem o nome dos dois autores, uma vez que era o documento de uma organização, revelados somente dois anos depois da publicação. Além disso, o título abreviado “Manifesto Comunista”, foi utilizado somente a partir de 1872.

Vale ressaltar alguns elementos teóricos que estão presentes na formulação do *Manifesto do Partido Comunista* e que constituem um dos principais legados de Marx e Engels para nós hoje. Dentre alguns aspectos que diferenciam a análise histórica do desenvolvimento do capitalismo – e das classes que o constituem – presentes no *manifesto* pode se ressaltar o fato dele estar baseado no princípio da totalidade que possibilita a articulação das: “múltiplas dimensões da vida social, de forma a permitir explicá-la (...) articulação que incorpora também uma dimensão processual, de transformação (...) A totalidade, no sentido marxiano, não quer dizer a incorporação de todos os fatos e todas as ocorrências do passado (...) A totalidade, no pensamento histórico, corresponde a uma evidência primeira: não se pode esgotar com um único significado nenhum fato da vida social. Nada pode ser considerado apenas econômico, por exemplo...” (Virginia Fontes, 1998, pp. 168-169)

Um outro aspecto decorrente dessa compreensão histórica do desenvolvimento da sociedade é que ela não é analisada tendo por base elementos morais, isto é, o capitalismo, a burguesia ou o proletariado não são classificados como malvados, vilões ou heróis, mas são entendidos dentro de seu movimento na história. Também está presente dentro dessa compreensão o fato de que o ser humano é um ser social que decorre diretamente de sua capacidade de agir sobre a natureza, do seu trabalho; por conta disso ele é um ser de sua época, formado pelas possibilidades dadas pelas condições materiais, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, pelo espírito de sua época. Vale dizer que essa visão histórica do ser humano se contrapunha a uma compreensão natural dele, concepção cara tanto ao pensamento religioso e monárquico quanto ao pensamento liberal.

O *Manifesto do Partido Comunista* nos traz conceitos fundamentais para um debate acerca dos sujeitos sociais da transformação, uma vez que define que a história é movida pela ação de sujeitos sociais e históricos em luta constante enquanto classes sociais.

São esses elementos que possibilitam a leitura de que a “história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes”, pois justamente por sermos formados

por nossa época é que temos condição de enfrentar – coletiva e organizadamente – as questões colocadas para nós e sermos capazes de influenciar no rumo da história.

Nesse sentido, o primeiro capítulo do *Manifesto Comunista* é essencial, pois é aquela análise das linhas gerais do desenvolvimento da sociedade que dará as bases para se estabelecer a estratégia e a tática de lutas proposta no *Manifesto*. O exercício de análise histórica da realidade – tal como a fizeram Marx e Engels – é um dos mais importantes aspectos desse primeiro capítulo que deve servir como referência nas nossas formulações políticas e nos nossos estudos hoje.

Alguns outros aspectos a serem destacados na leitura desse capítulo são os traços gerais do desenvolvimento da sociedade burguesa, o surgimento de sujeitos sociais típicos da sociedade burguesa – burguesia e proletariado; o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo.

Os autores ressaltam o papel do proletariado na sociedade burguesa, para eles o proletariado guarda consigo um caráter revolucionário que começa com sua própria existência, que é determinada pela burguesia que a resume na forma de uma mercadoria. Segundo a análise histórica e dialética feita por Marx e Engels as armas com que a burguesia abateu o feudalismo se voltam contra ela mesma, ou seja, o apoio deste novo sujeito que com ela se desenvolvia para travar a sua luta política contra o regime feudal poderá se voltar contra ela. Marx e Engels acreditam, com efeito, que a conjugação da luta econômica com a luta política é a arma do proletariado para derrotar a burguesia.

O segundo capítulo dá continuidade na análise histórica feita no primeiro, porém colocando outras questões às quais devemos nos atentar, como o *papel social* ocupado pela burguesia e pelo proletariado dentro dessa sociedade e quais possibilidades essas classes inauguram; a questão do partido político como instrumento de organização da classe trabalhadora, bem como os objetivos estratégicos do partido comunista. Um aspecto a se atentar aqui é o de apreender quais os objetivos, reivindicações ali presentes que se restringem à conjuntura européia da década de 1840 e quais podem ser lidas de forma mais ampla, isto é, como questões do próprio modo de produção capitalista.

O terceiro capítulo remete às diversas correntes que se denominavam socialistas na época; em que medida o faziam apenas para não serem destruídos pela lógica de produção burguesa e até que ponto fazem parte da tradição socialista de luta que se mostrou

equivocada, seja pela análise da realidade que faziam (Proudhon e Louis Blanc) ou pelo baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas que não possibilitou que avançassem em uma formulação revolucionária condizente com as necessidades dos trabalhadores na sociedade burguesa (Owen, Fourier).

Nesse sentido, é importante mais uma vez ressaltar a influência que a tradição socialista anterior a Marx e Engels teve no desdobramento da teoria e da prática desses dois revolucionários e das organizações de sua época. Todo avanço da classe trabalhadora naquele contexto só foi possível pela experiência de luta anterior a eles; Marx e Engels não desconsideraram a contribuição dos socialistas utópicos, mas a reinterpretem criticamente, eles não se consideravam os “verdadeiros socialistas” mas compreendiam a história em seus diversos movimentos e momentos e recolhiam o que de melhor conseguiam encontrar das contribuições de sua época.

O último capítulo trata de questões táticas que os comunistas deviam estabelecer com os diversos partidos de oposição, partindo da concepção estratégica estabelecida no segundo capítulo. Também é interessante perceber a leitura da conjuntura internacional que faziam e a percepção que tinham das grandes questões de sua época.

Em linhas gerais, além da inovação da análise histórica presente no manifesto, o que estava presente na sua elaboração é que ele: “procurava resolver esse complexo problema determinando a relação entre as lutas imediatas e os objetivos finais, entre a luta democrática e a luta contra o capital e a propriedade privada, entre as massas operárias desorganizadas e ideologicamente subordinadas, e uma vanguarda que havia assumido a pouco a consciência de seu papel, dividida em muitas correntes e seitas” (Vania Bambirra e Teothonio dos Santos, 1980, p. 39)

E que nesse sentido: “A essência do problema, está, entretanto, na relação dialética entre o desenvolvimento do capitalismo e as condições históricas de sua superação. A estratégia e a tática do partido do proletariado teriam que recorrer a essa relação dialética criadas com suas próprias condições sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. (Vania Bambirra e Teothonio dos Santos, 1980, p. 42)

Os dois parágrafos acima nos permitem afirmar que estamos diante de uma formulação política estratégica estabelecida para uma organização específica – a Liga dos comunistas – às vésperas das revoluções de 1848, que porém se mantém em boa medida

atuais até hoje. Um outro aspecto importante de se mencionar é o fato de que apesar de o *Manifesto do Partido Comunista* ter sido publicado no ano de 1848, ele teve pouca, quase nenhuma influência nos acontecimentos daquele ano, pela pequena capacidade organizativa e de intervenção na realidade da Liga dos comunistas. Entretanto, os acontecimentos daquele ano foram de fundamental importância para o desenvolvimento do proletariado: “1848 representa, em termos histórico-universais, a tomada de consciência do proletariado como classe para si, saindo da subsunção política à burguesia, que acobertava os antagonismos de classe existentes. Pela primeira vez, o proletariado se assume como classe e traz para si suas reivindicações históricas, seu projeto sócio-político em contraposição à burguesia. Para Netto, 1848, numa palavra, explicita em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal [tornando evidente então] o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado'. Em outros termos: 'o protagonismo que o proletariado *praticamente* assume a partir de 1848 está prefigurado/configurado *teoricamente* no *Manifesto*'” (Marcelo Braz, 2006)

Alguns limites do manifesto

Nesse último ponto vamos ressaltar brevemente alguns limites teórico/históricos presentes no *Manifesto*, superados pelos próprios autores ao longo de suas vidas.

A noção de Estado colocada no *Manifesto* – comitê gestor da burguesia – é em grande medida superada pelo próprio Marx pouco tempo depois no *18 brumário de Luis Bonaparte* e n'*A guerra civil na França*. Lenin também irá trazer uma contribuição ao debate, bem como Antonio Gramsci entre outros.

A preocupação dos autores no manifesto é o desenho do “traços mais gerais do modo de produção capitalista, sem analisar suas manifestações concretas e sua concreta evolução histórica em diferentes formações econômico sociais em diferentes períodos” (Carlos Nelson Coutinho, 1998, p. 58), o que faz com que haja, em certa medida uma leitura da luta de classes como um conflito bipolar, entre burguesia e proletariado, sem entrar nas diversas frações dessas classes – superação que também pode ser observada em *As lutas de classes na França de 1848-1850*, *O 18 brumário* e *A guerra civil na França*, entre outros.

Nossa tarefa como militantes revolucionários deve ser de buscar nessa leitura elementos que nos possibilitem avançar na formulação teórica e prática sobre a nossa

época, devemos ter firmeza e rigorosidade nos elementos teóricos nos quais nos baseamos para podermos fazer uma interpretação não só da obra, mas sobretudo de nossa realidade, para não cairmos em absolutizações e com isso em dogmatismos, devemos sim ser ortodoxos e rigorosos, mas não dogmáticos.

Bibliografia

AARÃO, Daniel Reis Filho. “O manifesto e a revolução em 1848”. *In: O manifesto comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.), Fundação Perseu Abramo e Editora Contraponto: São Paulo, 1998

BAMBIRRA, Vania e SANTO, Theotonio, *La estrategia y la táctica socialista de Marx y Engels a Lenin*. Ediciones Era, Mexico, 1980.

BRAZ, Marcelo, *Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX*

BOGO, Ademar. (org.) *Teoria da organização política*. Vol I, Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. “O lugar do manifesto na evolução da teoria política marxista. *In: O manifesto comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.), Fundação Perseu Abramo e Editora Contraponto: São Paulo, 1998

FONTES, Virginia, “O manifesto comunista e o pensamento histórico” *In: O manifesto comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.), Fundação Perseu Abramo e Editora Contraponto: São Paulo, 1998.

KONDER, Leandro *Marx Vida e Obra*.

MEHRING, Franz, *Carlos Marx historia de su vida*. Ediciones Grijalbo: Barcelona, 1967.

NETTO, José Paulo. “Prologo” *in: Manifesto do Partido Comunista*, Editora Cortez: São Paulo, 1998.